## RELATÓRIO FAVORÁVEL À LIVRE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI № 65/2025

## I. INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei nº 65/2025, de autoria do vereador Danylo Acioli, propõe a alteração da Lei Municipal nº 26, de 22 de maio de 2017, com o objetivo de prorrogar o prazo para que contribuintes possam solicitar a compensação de débitos junto à Fazenda Municipal por créditos decorrentes de precatórios. A nova redação dos artigos 1º e 2º da referida lei estende o prazo para solicitação até 31 de dezembro de 2029.

## II. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A proposta visa facilitar a regularização fiscal dos contribuintes que possuem créditos de precatórios, permitindo a compensação com débitos tributários municipais. Essa medida **não configura renúncia de receita, conforme o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)**, pois trata-se da extinção de créditos recíprocos entre o mesmo ente público.

A justificativa do projeto destaca que a compensação será realizada dentro dos limites das dotações orçamentárias previamente previstas para esse fim, respeitando os comandos constitucionais aplicáveis, especialmente os dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O artigo 105 do ADCT permite aos entes federativos instituírem, mediante lei, a compensação entre créditos tributários e precatórios, e o artigo 101 fixa como prazo máximo para quitação dos precatórios o dia 31 de dezembro de 2029.

Ainda, saliente-se que a implementação da medida está condicionada à existência de previsão orçamentária, conforme estabelecido nas leis orçamentárias anuais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

## III. CONCLUSÃO

Considerando que o Projeto de Lei nº 65/2025 <u>não acarreta</u> renúncia de receita, respeita os limites das dotações orçamentárias e está <u>em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais pertinentes</u>, esta Comissão de Finanças, Economia e Orçamento manifesta-se favoravelmente à sua livre tramitação.

\_\_\_\_

VEREADOR MOISÉS TAVARES

Relator da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento